

**3ª Reunião do Comitê para acompanhamento das medidas de enfrentamento à Covid-19
(Instituído pela PORTARIA-TJ – 20672020)**

Data:	26.10.2020 às 10:00
Local:	Sala de videoconferência do TJMA
Participantes:	<p>-Juiz de Direito Marcelo Moreira, Coordenador Substituto de Monitoramento, Acompanhamento, Aperfeiçoamento e Fiscalização do Sistema Carcerário;</p> <p>-Murilo Andrade, Secretário de Estado de Administração Penitenciária;</p> <p>-Defensora Pública Maiele Veras, representante da Defensoria Pública do Estado do Maranhão;</p> <p>-Juíza de Direito Mirella César Freitas, representante da Corregedoria-Geral da Justiça;</p> <p>-Promotor de Justiça Willer Siqueira Gomes, representante da Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão;</p> <p>-Claudia Gouveia, Coordenadora Estadual do Programa Fazendo Justiça – CNJ;</p> <p>-Maressa Proença, Consultora Estadual de Audiência de Custódia do CNJ;</p> <p>-Advogada Ana Karolina de Carvalho Nunes, representante da Ordem dos Advogados do Brasil Seccional Maranhão;</p> <p>-Sarah Valery Mano Queiroz, representante da Sociedade Maranhense de Direitos Humanos;</p>
Pauta:	<p>1) Audiência de Custódia durante a Pandemia;</p> <p>2) Retorno dos(as) Custodiados(as) às Unidades Prisionais (SEAP);</p> <p>3) Saúde dos(as) Custodiados(as) em tempos de Pandemia – ações desenvolvidas (Supervisão de Saúde – SEAP);</p>

ATA DE REUNIÃO

Aos vinte e seis dias do mês de outubro de 2020, às 10:10h, reuniram-se pelo sistema de videoconferência do TJMA, os participantes elencados na listagem acima, para debater as matérias postas. Em pauta: **1) Audiência de Custódia durante a Pandemia; 2) Retorno dos(as) Custodiados(as) às Unidades Prisionais (SEAP); 3) Saúde dos(as) Custodiados(as) em tempos de Pandemia – ações desenvolvidas (Supervisão de Saúde – SEAP);** Fez abertura da 3ª reunião do Comitê COVID-19, o Coordenador Substituto de Monitoramento, Acompanhamento, Aperfeiçoamento e Fiscalização do Sistema Carcerário, o Juiz de Direito Marcelo Silva Moreira, dando boas vindas aos participantes e atualizando-os acerca das impressões da UMF em relação aos efeitos da pandemia no sistema prisional maranhense, a partir das inspeções realizadas até o momento por aquele Órgão. Sobre o item **1) Audiência de Custódia durante a Pandemia**, a Consultora Estadual de Audiência de Custódia do CNJ, Maressa Proença, destacou que o Judiciário maranhense tem cumprido integralmente a Recomendação nº62/2020-CNJ, sendo o único a garantir que todos os custodiados, das Comarcas de São Luis e Imperatriz, tenham decisões com menos de 24 horas, a partir do laudo do IML e do registro fotográfico nos autos de prisão em flagrante. Explicou a dificuldade da realização de tais procedimentos (registro fotográfico e a emissão do laudo do IML) nas demais comarcas do interior do Estado, em razão das realidade e especificidades locais. Informou que o novo prédio da Central de Inquéritos e Custódia de São Luis irá melhorar a qualidade do processo de atendimento dos custodiados, bem como facilitar o fluxo de atendimento. Contudo, relatou a existência alguns problemas estruturais como a ausência de camas nos alojamento dos custodiados e o tamanho das salas de audiência, em média 18m², um pouco menor do que o recomendado pelo CNJ que seria o mínimo de 25m². Em seguida, o Coordenador Substituto de Monitoramento, Acompanhamento, Aperfeiçoamento e Fiscalização do Sistema Carcerário, o Juiz de Direito Marcelo Silva Moreira, questionou sobre o retorno das audiências presenciais e se o retorno em São Luís iria implicar no retorno das audiências nas comarcas do interior do Estado. Em resposta, a Consultora Estadual de Audiência de Custódia do CNJ, Maressa Proença, informou que a Corregedoria-Geral da Justiça tem conversado com os juízes em relação ao retorno das audiências presenciais, mas que a decisão final será da Corregedoria e do

**3ª Reunião do Comitê para acompanhamento das medidas de enfrentamento à Covid-19
(Instituído pela PORTARIA-TJ – 20672020)**

Tribunal de Justiça, conjuntamente. O Conselho Nacional de Justiça autorizou a suspensão da realização das audiências de custódia até o dia 15/03/2021, ficando a critério de cada Tribunal decidir a respeito do retorno. Nesse sentido, diante da autonomia do TJ e CGJ para decidirem sobre o retorno das audiências presenciais não haveria problema o retorno apenas na Capital ou apenas nas comarcas do interior, a depender das especificidades de cada localidade, mas que haveria a necessidade da elaboração pelo TJ do protocolo de retorno individual para cada Comarca. Posteriormente, sobre a questão estrutural do novo prédio da Central de Inquéritos e Custódia de São Luis, o Secretário de Estado de Administração Penitenciária, Murilo Andrade, solicitou a Maressa Proença o envio de todas as demandas (problemas estruturais) e em relação às camas nos alojamentos informou que serão providenciadas até sexta-feira, dia 30/10, a fim de que os custodiados possam pernoitar na unidade, se necessário. Na oportunidade, informou que as plataformas elevatórias para as pessoas com deficiência estão em processo de licitação. Em seguida, com a palavra a Coordenadora Estadual do Programa Fazendo Justiça – CNJ, Claudia Gouveia, ressaltou a importância do diálogo com a Corregedoria Geral da Justiça, a fim de que a Central de Inquéritos e Custódia de São Luis, no novo prédio, possa contemplar os direitos dos custodiados. Posteriormente, o Coordenador Substituto de Monitoramento, Acompanhamento, Aperfeiçoamento e Fiscalização do Sistema Carcerário, o Juiz de Direito Marcelo Silva Moreira, manifestou o posicionamento da Unidade de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário, favorável à retomada das audiências de custódia presenciais, na Central de Inquérito e Custódia da comarca da Ilha. Em seguida, a Consultora Estadual de Audiência de Custódia do CNJ, Maressa Proença, ressaltou que as audiências presenciais ainda não retornaram em razão do Covid-19, não tendo relação com os problemas estruturais apresentados. Posteriormente, com a palavra a Coordenadora Estadual do Programa Fazendo Justiça – CNJ, Claudia Gouveia, destacou a importância da adoção de protocolos de biossegurança quanto ao retorno das audiências de custódia, a fim de que o retorno aconteça de forma mais segura para todos, inclusive, o CNJ disponibilizou modelo que pode ser adequado ao protocolo que será utilizado no Estado. Em seguida, a Consultora Estadual de Audiência de Custódia do CNJ, Maressa Proença, acrescentou que o modelo de protocolo do CNJ já foi disponibilizado a CGJ e aos juízes da custódia, a fim de possa ser adequado ao protocolo do Estado. Em seguida, com a palavra o representante da Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão, o Promotor de Justiça Willer Siqueira Gomes, concernente a participação do Ministério Público informou que os

**3ª Reunião do Comitê para acompanhamento das medidas de enfrentamento à Covid-19
(Instituído pela PORTARIA-TJ – 20672020)**

quatro promotores da investigação criminal estavam reunidos, no momento, com o Procurador-Geral de Justiça tratando sobre esse item da pauta, especificamente em relação à questão interna, de logística e de regulamentação, e que informaria no grupo no whatsapp sobre o que fora decidido. Posteriormente, com a palavra a representante da Defensoria Pública do Estado do Maranhão, a Defensora Pública Maiele Veras, informou que, segundo o Defensor Público Titular da Central de Inquéritos, a sala do novo prédio da Central de Inquéritos e Custódia de São Luis será ocupada assim que ocorrer o retorno das audiências presenciais. Em relação ao item **2) Retorno dos(as) Custodiados(as) às Unidades Prisionais (SEAP)**, o Coordenador Substituto de Monitoramento, Acompanhamento, Aperfeiçoamento e Fiscalização do Sistema Carcerário, o Juiz de Direito Marcelo Silva Moreira, informou que acompanhou, por intermédio das inspeções nas unidades prisionais, a organização da SEAP em relação ao retorno dos custodiados que efetivamente voltaram, a exemplo da permanência dos custodiados em quarentena, tendo verificado a renovação dos benefícios para grande maioria, em razão da autorização para a renovação. Sobre o referido item, o Secretário de Estado de Administração Penitenciária, Murilo Andrade, informou da preparação para o retorno dos custodiados às unidades prisionais com os testes disponíveis, procedimento de entrada com médico e enfermeiro para realizarem o recebimento, inclusive a ser realizado por escala entre as comarcas, mas que tal retorno não seria problema, considerando que são poucos presos. Em seguida, com a palavra a Advogada Ana Karolina de Carvalho Nunes, representante da Ordem dos Advogados do Brasil Seccional Maranhão, questionou sobre o retorno das visitas íntimas. Em resposta, o Secretário de Estado de Administração Penitenciária, Murilo Andrade, indicou que o retorno das visitas íntimas está previsto para até o final do ano, bem como o aumento do número de visitantes, considerando a taxa de índice de contágio. Posteriormente, com a palavra a representante da Defensoria Pública do Estado do Maranhão, Defensora Pública Maiele Veras, questionou sobre a testagem dos presos que retornaram do trabalho externo, bem como dos que retornaram da prisão domiciliar. Em resposta, o Secretário de Estado de Administração Penitenciária, Murilo Andrade, assegurou que todos os presos que retornaram foram testados e os que saíram e retornarão serão testados igualmente, segundo informado pela Secretaria Adjunta de Atendimento e Humanização Penitenciária, Kelly Carvalho. Sobre o item **3) Saúde dos(as) Custodiados(as) em tempos de Pandemia – ações desenvolvidas (Supervisão de Saúde – SEAP)**, o Coordenador Substituto de Monitoramento, Acompanhamento, Aperfeiçoamento e Fiscalização do

**3ª Reunião do Comitê para acompanhamento das medidas de enfrentamento à Covid-19
(Instituído pela PORTARIA-TJ – 20672020)**

Sistema Carcerário, o Juiz de Direito Marcelo Silva Moreira, observou, durante as inspeções realizadas nas unidades prisionais, a falta de padronização em relação ao atendimento a saúde, em forma geral, dos internos, uma vez que tal atendimento decorre de parcerias com os municípios e, assim, em alguns deles, os médicos visitam as unidades prisionais, em outros casos, quando os presos necessitam de atendimento precisam sair das unidades prisionais. Em seguida, frisou a retomada da realização de procedimentos eletivos, de forma que a atenção a saúde do preso foi verificada não somente em relação ao covid-19, mas também em relação a outras enfermidades que apresentam. Em seguida, com a palavra o Secretário de Estado de Administração Penitenciária, Murilo Andrade, esclareceu o item que trata sobre saúde como um problema que está sendo enfrentado, considerando a reformulação do plano de atendimento nas unidades prisionais em relação a médicos e enfermeiros. Acrescentou que a ausência de padronização, em relação ao atendimento a saúde, decorre do Plano Nacional de Saúde, considerando que os municípios deverão dar o atendimento médico inicial e a Secretaria tem suprido nos casos em que os municípios não estão cumprindo. Posteriormente, informou que houve alteração da supervisão e o trabalho em relação a saúde prisional é realizado de forma diferenciada em relação aos indicadores da Secretaria e aos indicadores do DEPEN. Finalizando a reunião, o Coordenador Substituto de Monitoramento, Acompanhamento, Aperfeiçoamento e Fiscalização do Sistema Carcerário, o Juiz de Direito Marcelo Silva Moreira, agradeceu a participação e presença de todos.

Assim, de ordem Coordenador Substituto de Monitoramento, Acompanhamento, Aperfeiçoamento e Fiscalização do Sistema Carcerário, o Juiz de Direito Marcelo Silva Moreira, eu, Luciana Delfino Braga, Secretária Administrativa da UMF, matrícula 107771, redigi.